



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

**Processo nº:** 00600-00003376/2020-50-e (j).

**Jurisdicionada:** Companhia Energética de Brasília – CEB.

**Assunto:** Representação.

**Ementa:** Representação n.º 08/2020-G3P/MPCDF subscrita pelo Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, com pedido de medida cautelar (peça 3).

. Situação deficitária do FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA. Criação do PLANO COMPLEMENTAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS FACEB-SALDADO.

. Decisão n.º 2.605/2020. Conhecimento da representação. Deferimento da cautelar requerida. Diligência. Devolução dos autos à SEGEM (peça 15).

. Decisão nº 3.161/2020. Interposição de Recuso Inominado. Conhecimento e provimento do recurso. Revogação da cautelar. Indeferimento do pedido de sustentação oral. Retorno dos autos à SEGEM (peça 34).

. Decisão nº 1642/2021. Apresentação de sustentações orais pela CEB Holding e pelo Procurador da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB (peça 77).

. Decisão nº 3445/2021. Conhecimento. Procedência parcial da representação. Determinação à CEB e à FACEB para apresentação de esclarecimentos. Ciência. Devolução dos autos à SEGEM (peça 119).

. Nesta fase, a Secretaria de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade (SEGEM), dando cumprimento aos itens I.d e III da deliberação em tela, sugere ao Tribunal que: *“I. tome conhecimento: a) das manifestações oferecidas pela: a.1) Fundação de Previdência dos Empregados da CEB-FACEB (peça 130, e-doc A6F61223); a.2) Companhia Energética de Brasília - CEB Holding (peça 134 e anexos, e-docs. C4504B4A-c, A6F61223-c, 18FF691A-c, AFE2A81E-c e 734D8A4E-c); b) do Ofício nº 167/2022-MPC/PG, da Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, e respectivo anexo (e-docs. 8818F041-e e 27A9A296-e); c) da Informação nº 22/2022–SEGEM/DIGEM2; II. considere satisfatórios os esclarecimentos apresentados pela CEB e FACEB, tendo por atendida a determinação*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

*contida no item III da Decisão 3445/2021; III. dê ciência da decisão que vier a ser prolatada: a) à Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, na pessoa de seu representante legal; b) à Companhia Energética de Brasília S.A. – Holding; c) ao Ministério Público junto à Corte; d) à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF; e) ao Senhor Governador do Distrito Federal; IV. autorize o retorno dos autos àquela Unidade Técnica para as providências pertinentes e posterior arquivamento” (peça 139).*

. Parecer do Ministério Público de Contas do Distrito Federal em sentido convergente (peça 142).

. **VOTO.** Acolhimento da sugestão ofertada pela Unidade Técnica, com ajustes. Ciência da decisão à Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, à Companhia Energética de Brasília S.A. – Holding, ao Ministério Público de Contas, à Câmara Legislativa e ao Senhor Governador do Distrito Federal. Devolução dos autos à SEGEM para as providências pertinentes e arquivamento.

## **RELATÓRIO**

Trata o processo de representação subscrita pelo eminente Procurador **Demóstenes Tres Albuquerque**, membro do Ministério Público de Contas, o qual trouxe ao conhecimento deste Tribunal fatos relativos à situação financeira deficitária do Fundo de Previdência dos Empregados da Companhia Energética de Brasília (FACEB), a partir do exercício de 2012, e a adoção de providências destinadas a promover o devido saneamento.

Na fase processual pretérita, esta Corte de Contas prolatou a Decisão nº 3.445/2021, atribuindo-lhe o seguinte teor:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

*I – tomar conhecimento: a) das informações formuladas pela Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem na presente etapa processual; b) das Cartas nºs 07 e 157/2020 CEB Holding (peças 44 e 46); c) dos documentos juntados aos autos pela Companhia Energética de Brasília S.A. – Holding (peças 44 a 46 e 83 a 99); d) dos documentos juntados aos autos pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB (peças 103 a 110), que serão apreciados na próxima fase processual, em conjunto com os esclarecimentos ofertados, nos termos do item III abaixo;*

*II – considerar, no mérito, parcialmente procedente a Representação n.º 08/2020-G3P/MPCDF, subscrita pelo Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, apenas*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

*quanto ao déficit constatado e admitido pela CEB Holding no Plano de Benefícios administrado pela FACEB;*

*III – com fundamento no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, determinar à Companhia Energética de Brasília S.A. - Holding e à Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem esclarecimentos relativos a atual situação financeira e atuarial dos planos de previdência administrados pela FACEB, detalhando as causas de seus déficits, indicando possíveis responsáveis, se existentes, bem como explicitando como se dará o equacionamento da situação dos diversos planos após a desestatização da CEB Distribuição;*

*IV – dar ciência dos termos desta decisão: a) à Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, na pessoa de seu representante legal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º de Resolução TCDF nº 183/2007; b) à Companhia Energética de Brasília S.A. - Holding, ao Ministério Público junto à Corte, à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e ao Senhor Governador do Distrito Federal;*

*V – autorizar a devolução dos autos à SEGEM, para os devidos fins.”*

Da instrução formulada pela **Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade (SEGEM)**, cumpre reproduzir o que segue:

**“II – MANIFESTAÇÕES DAS ENTIDADES**

18. *Nesta assentada, analisaremos o teor dos documentos apresentados pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB e pela Companhia Energética de Brasília S.A. – Holding, em cumprimento à Decisão nº 3445/2021, como também a documentação encaminhada pelo Ministério Público de Contas do DF, por meio do Ofício nº 167/2022-MPC/PG<sup>1</sup>.*

19. *Em resposta, a FACEB encaminhou os esclarecimentos abaixo<sup>2</sup>:*

*Consubstanciado no documento registrado sob o ID 11026152e, é possível a intelecção de que **a causa do déficit decorreu da própria estrutura decorrente do modelo de Benefício Definido (BD)**, especialmente, pela **não confirmação das premissas e hipóteses atuariais ao longo dos anos**, ou seja, não estamos diante de um resultado ocasionado por administração temerária ou de quaisquer irregularidades.*

***A realidade é uma só: o modelo adotado (BD) e a sua estruturação não se mostrou viável ao longo dos anos.***

---

<sup>1</sup> Peça 136, e-DOC 8818F041.

<sup>2</sup> Peça 130, e-DOC A6F61223.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

Tal fato por si só impede a possibilidade de apontar possíveis responsáveis, especialmente quando se verifica que o déficit é estrutural e tem como causa os seguintes fatores:

- (i) Congelamento do Plano de Custeio em regulamento o que impediu a elevação das contribuições de participantes e patrocinadora para cobrir variações do custo normal ocorridas ao longo dos anos;
- (ii) Crescimentos salariais anteriores ao congelamento ocorrido em 2012;
- (iii) Reduções na expectativa de rentabilidade futura e, conseqüentemente, da taxa real anual de juros;
- (iv) Aumento da expectativa de vida e o reflexo com revisões da tabela de mortalidade geral, conforme explicita o Parecer Técnico nº 007/2020 da MERCER;
- (v) A não confirmação das hipóteses atuariais adotadas na estruturação.

Dessa forma, resta esclarecido que a razão do déficit é decorrente do próprio modelo adotado (BD), fato que também se evidencia do próprio Relatório de Operação da Migração (ID 11026152-e), documento que é emitido por Atuário, consoante determina o §3º do art. 141 da Portaria PREVIC n. 324/2020, não sendo possível apontar possíveis responsáveis ou ainda suscitar que estamos diante de hipótese de má administração.

Quanto à **situação financeira e equacionamento do déficit, as Demonstrações Contábeis - Exercício de 2020 (ID ACBF2E6A-**

**e)** são suficientes para verificar a realidade atual, especialmente quando se verifica que o exercício de 2019 apresentou um resultado deficitário de R\$ 277 milhões e no exercício de 2020 o resultado foi de R\$ 6 milhões (deficitário), representando uma redução do passivo em 97,76% (noventa e sete vírgula setenta e seis por cento).

As razões para a redução de tal déficit estão amplamente demonstradas nos Parecer 007/2020 já apresentado nos autos da presente representação. Vejamos suas conclusões:

"A redução do déficit observada em 2019 teve dois fatores principais. O primeiro, e mais importante, refere-se a implantação do plano de equacionamento do resultado de 2019, que representou uma redução do déficit de aproximadamente R\$100 milhões (pode ser observado na linha "Provisões a Constituir"). O



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

*segundo fator foi a necessidade de remarcação de parte dos títulos públicos federais mantidos a vencimento para mercado para atender necessidade de liquidez do plano, segundo estudos elaborados pela FACEB, o que implicou em uma elevação atípica do patrimônio e contribuindo para redução do déficit."*

*Fato é que as estratégias previdenciárias implementadas vem resultando na redução drástica do déficit ocasionado pelo modelo anterior adotado e as razões para o resultado estão todas demonstradas nos autos (vide peças 103 a 110), sendo possível elencar: (i) os estudos atuariais da MERCER Atuarial - que conduziu o processo identificando que o déficit é estrutural; (ii) os estudos da WEDAN Atuarial - contratada pela ASAPEC para tratar dos planos objeto de migração; (iii) os estudos da RODARTE NOGUEIRA Atuarial que validou os procedimentos de estratégia previdenciária da VESTING Atuarial contratada pela CEB e, por fim, (iv) os estudos da NEXIA Auditoria contratada com objetivo identificar as possíveis causas e eventos que geraram o déficit no Plano de Benefícios BD, administrado pela FACEB, abarcando o período de 1993 a 2016.*

*Por qualquer ângulo que se observa, é latente que a **problemática estrutural verificada foi corrigida substancialmente em vista da Estratégia Previdenciária implementada antes mesmo da desestatização da CEB, sendo certo que a empresa privada vencedora do certame passou a ser responsável pelo déficit, eximindo as empresas públicas que remanesceram no controle do GDF.***

*20. Por sua vez, a Companhia Energética de Brasília S.A.- Holding, mediante a Carta nº 282/2021-CEB-H/PR<sup>3</sup>, de 15.10.2021<sup>4</sup>, encaminha o Despacho-CEBH/DF<sup>5</sup>, com os esclarecimentos prestados pela Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, o qual, após reiterar as informações prestadas ao Tribunal via Processo SEI nº 00600-00003021/2021-41, esclarece<sup>41</sup>:*

*A Decisão nº 3445/2021 (70334741), solicita:*

***// - considerar, no mérito, parcialmente procedente a Representação n.º 08/2020-G3P/MPCDF, subscrita pelo Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, apenas***

<sup>3</sup> Peça 134, e-DOC C4504B4A-c.

<sup>4</sup> Data da assinatura eletrônica do documento.

<sup>5</sup> Peça 133, e-DOC 734D8A4E. <sup>41</sup>

Páginas 2 e 3.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

**quanto ao déficit constatado e admitido pela CEB Holding no Plano de Benefícios administrado pela FACEB;**

Vale destacar que o único plano deficitário administrado pela FACEB era apenas o Plano de Benefício Definido (BD). Conforme informado ao Tribunal de Contas do Distrito Federal através do processo sobredito, o déficit relativo ao Plano BD era estrutural, ou seja, ocasionado pela própria formatação do Plano e todos os equacionamentos relativos ao plano BD foram feitos pelo limite mínimo estabelecido em normas estabelecidas pela PREVIC e aprovados por aquela entidade fiscalizadora. No intuito de mitigar o déficit, foi ofertado aos participantes daquele plano a migração para o Plano CEBPREV (CD) ou para o Plano FACEB Saldado, planos estes que são superavitários e que também são administrados pela FACEB.

**III - com fundamento no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, determinar à Companhia Energética de Brasília S.A. - Holding e à Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem esclarecimentos relativos a atual situação financeira e atuarial dos planos de previdência administrados pela FACEB, detalhando as causas de seus déficits, indicando possíveis responsáveis, se existentes, bem como explicitando como se dará o equacionamento da situação dos diversos planos após a desestatização da CEB Distribuição;**

Após as medidas adotadas pela Administração da CEB e da CEB Distribuição S/A, quando essa ainda era estatal, conforme constante na apresentação (61491417), não consta nenhum empregado migrado da CEB Distribuição S.A. para a CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. que sejam participantes do plano deficitário que no caso é o Plano de Benefício Definido (BD), logo, não há o que se falar em déficits ou equacionamentos por parte da Companhia Energética de Brasília - CEB e de suas subsidiárias, uma vez que, os empregados pertencentes do Plano BD ficaram na CEB Distribuição S.A. e os custos inerentes ao referido plano, seja déficits ou equacionamentos, serão todos custeados por aquela empresa que agora pertence ao Grupo Neoenergia.  
(destaques originais)

**III – ANÁLISE DO CONTROLE EXTERNO**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

21. *Preliminarmente, cabe destacar que os recursos do FACEB são oriundos das contribuições da patrocinadora (CEB) e dos segurados. Esses recursos são aplicados e o resultado dos investimentos tem como propósito a formação da poupança que garantirá o pagamento dos benefícios aos assistidos.*

22. *Se houver prejuízo – decorrente de má administração, falhas nas projeções atuariais do plano, não confirmação das premissas adotadas para o equilíbrio das contas do fundo previdenciário ou de esquema criminoso –, não só os beneficiários serão prejudicados, mas também toda a população do Distrito Federal, vez que a CEB, na qualidade de instituidora e patrocinadora do Fundo, é obrigada a arcar com parte do prejuízo.*

23. *Considerando que a CEB, órgão integrante da Administração Indireta do DF, aporta quantia vultosa de recursos na previdência de seus empregados, nos termos dos artigos 37 e 71 da Constituição Federal, da LC 1/94 e do Regimento Interno, o Tribunal é competente para verificar a legalidade, a legitimidade, a eficiência e a eficácia da aplicação/gerenciamentos dos recursos aportados pela CEB, e, por via de consequência, a FACEB.*

24. *Cabe, ainda, esclarecer que por definição o plano previdenciário denominado Benefício Definido (BD) se compromete a pagar um benefício com valor e regras pré-definidas na sua contratação, sendo as contribuições variáveis até o momento da concessão do benefício, a fim de se permitir a acumulação dos recursos necessários à garantia desse benefício.*

25. *Outra característica de um plano BD é ser formado por um grupo mutualista, sendo que o patrimônio é um bem comum, compartilhando os riscos entre todos os participantes. A soma desse patrimônio deve ser suficiente para garantir o pagamento dos benefícios contratados e cobrir seus riscos.*

26. *Para isso, anualmente devem ser revistos os parâmetros previdenciários, como expectativa de vida, por exemplo, a fim de se validar se o patrimônio é suficiente. Havendo superávit (patrimônio projetado superior aos compromissos), as contribuições poderão ser reduzidas. Ocorrendo déficit, deve-se elevar o valor dos aportes da patrocinadora (CEB) e dos beneficiários. A contribuição do BD é calculada atuarialmente, com base no benefício estipulado na contratação do plano.*

27. *Quanto ao Plano Previdenciário de Contribuição Definida (CD), o valor da contribuição é acertado no ato da contratação do plano e o benefício que será recebido no momento da aposentadoria varia em função da quantia acumulada, do tempo de acumulação e da rentabilidade.*

28. *Um Plano CD constitui-se de um conjunto de patrimônios individuais apenas financeiros, que não se comunicam entre si. A contribuição é definida pelo participante e pode ser calculada financeiramente com base numa projeção de benefício, cujo valor não é garantido, mas será compatível com os recursos acumulados na conta individual de cada participante.*

29. *Dito isso, voltamos à análise do cumprimento da Decisão nº 3445/2021 pela FACEB e CEB-Holding, como também o exame dos documentos encaminhados pelo MPC/DF.*



30. *A Decisão 3445/2021 determina que a CEB e a FACEB: “apresentem esclarecimentos relativos a atual situação financeira e atuarial dos planos de previdência administrados pela FACEB, detalhando as causas de seus déficits, indicando possíveis responsáveis, se existentes, bem como explicitando como se dará o equacionamento da situação dos diversos planos após a desestatização da CEB Distribuição”.*

31. *Verificamos nos esclarecimentos enviados que a FACEB apresentou farta documentação (peças 103 a 110) conhecida pelo Tribunal nos termos do item I.d do decisum em destaque<sup>6</sup>.*

32. *Os documentos acostados corroboram as alegações apresentadas no §19 desta Informação, conforme podemos inferir pelas conclusões dos Pareceres Atuariais e Balanços Patrimoniais. O Relatório Técnico que resume o conteúdo dos demais documentos apresentados aponta no sentido de que o déficit é estrutural, decorrente do modelo de Benefício Definido, conforme conclusão transcrita a seguir:*

*“É importante reafirmar que o desequilíbrio estrutural (déficit) objeto da representação decorreu da própria estrutura em que é modelado o plano de benefícios em voga, bem como das premissas e das hipóteses atuariais. Desta sorte, em vista do que restou explicitado em documentos anteriores (que aparelharam o recurso do evento 26), os documentos novos ora acostados têm o condão de confirmar a assertividade da Estratégia Previdenciária nos moldes em que se apresentou, mormente em razão do resultado alcançado na gestão dos recursos garantidores, findo exercício de 2020, em que se constata uma redução do déficit em 97,76% (noventa e sete vírgula setenta e seis por cento). Posto isso, requer sejam admitidos os documentos ora acostados, visto que documentos novos e de substancial importância para análise e julgamento da representação. Ademais, reafirma-se a necessidade de improcedência da representação, uma vez que resta cristalizado que o déficit verificado é estrutural, decorrente do modelo de Benefício Definido e da não confirmação das premissas e das hipóteses atuariais ao longo dos anos. Frise-se, pois, que a problemática estrutural verificada foi corrigida substancialmente em vista da Estratégia Previdenciária implementada.*

33. *Acerca dos esclarecimentos prestados em função do item III da mesma decisão, afirma que, quanto à atual situação financeira e atuarial do Plano BD, “a causa do déficit decorreu da própria estrutura decorrente do*

---

<sup>6</sup> Peças 103 a 110.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

modelo de Benefício Definido (BD), especialmente, pela não confirmação das premissas e hipóteses atuariais ao longo dos anos".

34. Diz ser impossível apontar responsáveis pelos fatos ora questionados, uma vez que o déficit verificado é estrutural, cujos fatores preponderantes foram<sup>7</sup>:

(i) Congelamento do Plano de Custeio em regulamento o que impediu a elevação das contribuições de participantes e patrocinadora para cobrir variações do custo normal ocorridas ao longo dos anos;

(ii) Crescimentos salariais anteriores ao congelamento ocorrido em 2012;

(iii) Reduções na expectativa de rentabilidade futura e, conseqüentemente, da taxa real anual de juros;

(iv) Aumento da expectativa de vida e o reflexo com revisões da tábua de mortalidade geral, conforme explicita o Parecer Técnico nº 007/2020 da MERCER;

(v) A não confirmação das hipóteses atuariais adotadas na estruturação.

35. Esclarece que as estratégias previdenciárias implementadas reduziram drasticamente o déficit, que em 2019 resultou em R\$ 277 milhões, e no exercício de 2020 foi reduzido para R\$ 6 milhões, inclusive repassando esse déficit para empresa privada vencedora do processo de privatização da CEB Distribuição S.A.

36. Por fim, conclui:

Por qualquer ângulo que se observa, é latente que a problemática estrutural verificada foi corrigida substancialmente em vista da Estratégia Previdenciária implementada antes mesmo da desestatização da CEB, sendo certo que a empresa privada vencedora do certame passou a ser responsável pelo déficit, eximindo as empresas públicas que remanesceram no controle do GDF.  
(destaque original)

37. Por sua vez, a CEB-Holding, em síntese, apresenta <sup>8</sup> as mesmas justificativas trazidas pela FACEB e finaliza informando que: **"não há o que se falar em déficits ou equacionamentos por parte da Companhia Energética de Brasília - CEB e de suas subsidiárias, uma vez que, os empregados**

<sup>7</sup> Peça 130, e-DOC A6F61223.

<sup>8</sup> Peças 134 e 133, e-DOCs C4504B4A-c e 734D8A4E-c, respectivamente. <sup>45</sup> Peça 135, e-DOC27A9A296.



**pertencentes do Plano BD ficaram na CEB Distribuição S.A. e os custos inerentes ao referido plano, seja déficits ou equacionamentos, serão todos custeados por aquela empresa que agora pertence ao Grupo Neoenergia**.  
(destacamos)

38. Considerando as respostas apresentadas acima, podemos inferir que a migração dos beneficiários do Plano previdenciário de BD (Benefício Definido) para o CD (Contribuição Definida) **reduziu drasticamente o déficit existente**. Assim, o que antes era uma obrigação vitalícia de manter os benefícios pré-estabelecidos aos beneficiários, após a migração, os benefícios vão ser definidos em função da quantia acumulada de cada participante.

39. Diante do exposto acima e com base nos documentos apresentados, **entendemos como cumprida a Decisão 3445/2021**.

40. Quanto à documentação encaminhada pelo Ministério Público de contas do DF, em síntese, trata-se da Ação Civil Pública nº 0703333-63-2018.8.07.0018 ajuizada pela Recorrente em que alega<sup>45</sup>, em síntese, que o equacionamento do Plano Complementar de Benefícios Previdências (Plano BD) deveria ser arcado, na totalidade, pelas Patrocinadoras, pois não teriam realizado as contribuições necessárias e proporcionais ao aumento de salário de seus empregados nos anos de 2005 a 2009.

41. Asseverou que, os danos ao Plano BD são oriundos de uma dívida da CEB com esse plano previdenciário, na forma de "reservas a integralizar", constituída a partir da dilapidação de expressiva parte do patrimônio daquele plano de benefícios para suportar os ônus adicionais advindos da inesperada majoração dos compromissos futuros provocados pela política salarial de 2005 a 2009 adotada pela patrocinadora sem preocupação com as consequências causadas ao plano, além de ter sido feita à revelia da legislação de previdência complementar e do regulamento.

42. Em 14.4.2018 fora impetrada ação judicial (Processo nº 0703333-63.2018.8.08.0018) no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF (1ª Vara da Fazenda Pública do DF) apresentando-se, em síntese, os mesmos questionamentos ora trazidos ao conhecimento desta Corte de Contas. Na petição, requereu-se<sup>9</sup>:

"a) Seja determinado à FACEB que interrompa imediatamente a implementação do plano de equacionamento do déficit da reserva do PLANO COMPLEMENTAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS ("PLANO BD"), de modo a impedi-la de cobrar dos participantes, assistidos e pensionistas desse plano associados da ASAPEC os valores que não são

---

<sup>9</sup> Conforme Sentença prolatada em 21.2.2019, disponível em: <https://pjeconsultapublica.tjdft.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/DetailProcessoConsultaPublica/docum entoSemLoginHTML.seam?ca=2625c878f4b360a401aeb83b65274e8c6dc02da493329aed3afdfe72da6f66fc2fbbcbce3c324bfc9b4c6d9881862c9bbbc9f02e0f6d8fd6b&idProcessoDoc=29345628>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

por eles devidos, seja mediante contribuições adicionais ou mesmo descontos;

b) subsidiariamente, na hipótese de se entender de forma distinta do item 'a' supra, requer seja determinado à FACEB que faça depósito judicial das contribuições extraordinárias que pretende cobrar dos associados da ASAPEC, com a identificação individualizada;"

No mérito, a Autora requer a confirmação do pedido de tutela de urgência e a procedência dos pedidos para:

a) Determinar à FACEB que exclua do cálculo do suposto déficit a causa referente à absorção das reservas do PLANO BD decorrentes da política salarial adotada pela CEB de 2005 a 2009, declarando-se o montante identificado como reservas a integralizar de responsabilidade exclusiva da patrocinadora;

b) Determinar à FACEB que realize a negociação com a CEB para o pagamento do montante identificado no item "a" supra, por meio de instrumento contratual próprio ou de aditivo ao Contrato de Dívida nº 083/2001 - PRPJU/CEB;

c) Declarar que a responsabilidade dos participantes e assistidos associados da ASAPEC relativa ao equacionamento do eventual déficit da reserva ao PLANO BD não abrange os impactos decorrentes da política salarial adotada pela CEB de 2005 a 2009;

d) Declarar ainda que as contribuições dos assistidos, para fins de eventual equacionamento do déficit do PLANO BD não estão no conceito de "contribuição normal" e, portanto, não estão sujeitos ao rateio desproporcional apontado pelo Ofício PREVIC nº 2.093 /2017/PREVIC, de 25 /08 /2017;

e) Sucessivamente, se não acolhido o item "d" supra, seja declarado que o equacionamento de eventual reserva do Plano BD, se realize sempre com a observância da paridade contributiva, ou seja, 50% para participantes e assistidos e 50% para patrocinadoras.

f) Condenar as Rés a devolverem aos participantes, assistidos e pensionistas associados da ASAPEC os valores que lhes forem descontados indevidamente, referentes às parcelas vencidas e vincendas para fins do referido equacionamento, em valores atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora.

**43. Os pedidos foram julgados improcedentes, haja vista a inexistência legal ou contratual impositiva de pagamento pelas Patrocinadoras CEB/FACEB de suportar o custeio integral do déficit, nos termos da Sentença de 21.2.2019.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

44. *Levado recurso ao 2º Grau de jurisdição contra a Sentença de 1º Grau, sobreveio o Acórdão nº 132054947, de 4.3.2021, cujo desfecho foi o não provimento do apelo. Eis a ementa do ato decisório:*

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DIALETICIDADE OBSERVADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO. SENTENÇA QUE ANALISA TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS E PROVAS PRODUZIDAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NULIDADE INEXISTENTE. MÉRITO. PLANO EQUALIZAÇÃO DO DÉFICIT COM CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS DO INSTITUIDOR E PARTICIPANTES OU BENEFICIÁRIOS. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Pelo princípio da dialeticidade, cabe ao recorrente impugnar as razões lançadas na sentença, buscando demonstrar a existência de error in procedendo ou in judicando, a merecer a declaração de nulidade da decisão ou novo julgamento da causa. A mera repetição dos argumentos ou teses ventiladas na contestação não implica, necessariamente, a inépcia do recurso, quando as razões suscitadas atendem o disposto no inciso II do art. 515 do CPC. Recurso conhecido.

2. Consoante o artigo 472 da Lei Adjetiva Civil, ao magistrado é facultada a dispensa da prova pericial, quando as partes apresentarem documentos elucidativos, que considerar suficientes para a compreensão da controvérsia.

3. Não há vício de fundamentação na sentença que declina com suficiência e clareza, as razões de decidir, indicando os motivos do convencimento de acordo com a prova dos autos.

4. Há previsão legal que autoriza a instituição de contribuição extraordinária para cobertura de déficit, nos termos dos artigos 19 e 21 da Lei Complementar 109/2001.

5. O apontamento da origem do desequilíbrio financeiro pode servir de embasamento a eventual ação regressiva, conforme delineado no art. 21 da Lei Complementar n. 109, mas não afasta a necessidade de equacionamento das finanças do fundo.

6. Nem mesmo o dever de proteção estatal aos interesses dos participantes pode servir de fundamento para afastar a incidência de texto expresso de lei, mas ao contrário, respalda a tese de preservar as medias para o reequilíbrio técnico financeiro da entidade previdenciária.

7. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.



45. Colhemos do voto do 2º Vogal da 4ª Turma Cível do TJDFT, que julgou o recurso, por esclarecedor que nos parece, os seguintes excertos:

**A Apelante sustenta que o déficit em função do qual foram instituídas as contribuições extraordinárias foi provocado pela política salarial da CEB de 2005 a 2009: os aumentos salariais concedidos a seus empregados se refletiram nos benefícios de natureza continuada e assim comprometeram o equilíbrio patrimonial do Plano BD.**

O fato objetivo da existência de deficit no plano de benefícios ou na própria entidade fechada de previdência complementar autoriza a instituição de contribuições extraordinárias, a teor do que prescreve o artigo 19 da Lei Complementar 109/2001, verbis:

(...)

Portanto, mesmo que o déficit tenha sido causado por má gestão ou mesmo por ato ilícito da própria entidade fechada de previdência privada ou do patrocinador, a instituição de contribuições extraordinárias constitui mecanismo obrigatório para a recomposição do equilíbrio atuarial do plano de benefícios, sem prejuízo, reitere-se, de ação regressiva em face de dirigentes ou terceiros que tenham causado ilicitamente o resultado deficitário.

A priorização legal do restabelecimento do equilíbrio financeiro do plano de benefícios mediante contribuições extraordinárias resulta do interesse público na viabilização desse instrumento de política previdenciária de longo alcance social.

**Note-se que a equalização é feita em função da realidade financeira do plano de benefícios, motivo por que avulta a falta de amparo jurídico para a pretensão da Apelante de que o deficit supostamente gerado pela política salarial da CEB de 2005 a 2009 seja excluído da apuração e imputado exclusivamente à patrocinadora.**

Calha salientar que as obrigações podem provir apenas da lei, da convenção e do ato ilícito. E não se vislumbra lei ou convenção que obrigue a CEB a fazer aportes financeiros para suprir os efeitos da sua política salarial na saúde financeira dos planos de benefícios da entidade fechada de previdência complementar.

Pelo contrário, segundo a inteligência do artigo 18 da Lei Complementar 109/2001, abaixo reproduzido, cabe à entidade fechada de previdência complementar zelar permanentemente para que as reservas técnicas, provisões e fundos de cada um



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

dos seus planos de benefícios sejam compatíveis com os seus compromissos:

(...)

Portanto, os impactos da política salarial da CEB deveriam e devem ser equacionados pela entidade fechada de previdência complementar e eventuais contribuições extraordinárias instituídas nos moldes do artigo 21 da Lei Complementar 109/2001.

Muito menos a concessão de aumentos pode ser considerada um ato ilícito. Além de não se identificar qual teria sido a norma jurídica violada, **aumentos salariais são de interesse dos empregados da CEB que, por sua vez, figuram no plano de benefícios como participantes, assistidos ou beneficiários, todos eles também responsáveis pela manutenção do equilíbrio financeiro e por eventuais contribuições extraordinárias.**

A toda evidência, é da própria entidade fechada de previdência complementar o **dever de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial dos seus planos de benefícios, inclusive em função de aumentos salariais de participantes e assistidos aptos a impactar seus compromissos atuais e futuros.**

**Não há, efetivamente, respaldo legal para atribuir à patrocinadora responsabilidade adicional pelo fato de ter adotado determinada política salarial. Do mesmo modo que participantes e assistidos são beneficiados por aumentos salariais, as contribuições para os planos de benefícios devem assegurar a sua viabilidade financeira. (...)**

46. *Extrai-se dos excertos acima transcritos que a autora da ação pretendeu atribuir exclusivamente à CEB a responsabilidade pelo aumento nas contribuições para os planos previdenciários gerenciados pela FACEB em decorrência da política salarial adotada pela jurisdicionada.*

47. *Com esses apontamentos, pretende-se deixar claro que **a narrativa nos documentos apresentados a este Tribunal via Parquet especial**, embora apresentem certa similaridade com os fatos perseguidos neste feito, **além de não possuírem o condão de alterar qualquer conclusão até aqui lançada, não encontraram guarida na via judicial.***

48. *Cabe informar a existência de recurso perante o STJ (**REsp 1987481 / DF**), o qual se encontra concluso ao Relator desde 25.3.2022, sem decisão de mérito até a data desta peça instrutória.*

49. *Em que pese a pendência na ação judicial em comento, como relatado, a matéria em apreço não possui influência no desfecho destes autos.*

50. *Isso posto, procede-se às proposições fundadas nas análises empreendidas nesta instrução processual.*



#### IV – SUGESTÕES

51. Diante do exposto, sugere-se ao Egrégio Tribunal:

I. tomar conhecimento:

a) das manifestações oferecidas pela:

a.1) Fundação de Previdência dos Empregados da CEB-FACEB (peça 130, e-doc A6F61223);

a.2) Companhia Energética de Brasília - CEB Holding (peça 134 e anexos, e-docs. C4504B4A-c, A6F61223-c, 18FF691A-c, AFE2A81E-c e 734D8A4E-c);

b) do Ofício nº 167/2022-MPC/PG, da Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, e respectivo anexo (e-docs. 8818F041-e e 27A9A296-e);

c) desta Informação nº 22/2022–SEGEM/DIGEM2;

II. considerar satisfatórios os esclarecimentos apresentados pela CEB e FACEB, tendo por atendida a determinação contida no item III da Decisão 3445/2021;

III. dar ciência da decisão que vier a ser prolatada:

a) à Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, na pessoa de seu representante legal;

b) à Companhia Energética de Brasília S.A. – Holding;

c) ao Ministério Público junto à Corte;

d) à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF;

e) ao Senhor Governador do Distrito Federal;

IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade-Segem/TCDF, para as providências pertinentes e posterior arquivamento.”

O ilustre representante do **Ministério Público de Contas** que oficiou na presente fase processual, Procurador **Danilo Moraes dos Santos**, assim concluiu o parecer que subscreveu:

“33. Conforme explicitado no relatório, a presente fase processual se destina à análise do cumprimento do item III da Decisão TCDF nº nº 3445/2021.

34. Em cota singela, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal converge com as conclusões apresentadas na Informação nº 22/2022 – Digem2 (Peça 139), opinando pelo acolhimento das proposições ali consignadas, por seus fundamentos.”

É o relatório.

#### VOTO

Como se depreende do relatório, será apreciado, nesta assentada, o disposto nos itens **I.d** e **III** da Decisão nº 3.445/2021, relacionados,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

respectivamente, a documentos juntados pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB (peças 103 a 110) e aos esclarecimentos apresentados pela CEB – Holding e FACEB, abordando a situação financeira e atuarial dos planos de previdência administrados pela referida entidade fundacional.

Preliminarmente, assinalo que a CEB Distribuição S/A (já desestatizada), por meio da Carta nº 157/2020 CEB-H/PR (peça 46), admitiu a existência de *déficit* e que esta realidade motivou a adoção de providências destinadas a corrigi-lo, objetivando preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios e garantir a continuidade dos pagamentos aos participantes e assistidos.

A então jurisdicionada informou que a obrigatoriedade do equacionamento dos sucessivos resultados negativos decorre das disposições cogentes da Lei Complementar n.º 109/2001 (Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências), que prevê:

*“Art. 21. O resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.*

*§ 1º O equacionamento referido no caput poderá ser feito, dentre outras formas, por meio do aumento do valor das contribuições, instituição de contribuição adicional ou redução do valor dos benefícios a conceder, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.”*

Registrou, ainda, que o procedimento de migração para o novo plano culminou em uma adesão de **86,4%** dos integrantes do Plano de Benefícios, traduzido no número de **1.575** pessoas de um universo total de **1.822** segurados.

Esta realidade, segundo a CEB Distribuição, possibilitará um menor aporte de recursos por parte da patrocinadora e, com o decorrer do tempo, o progressivo equacionamento do *déficit* do Plano de Benefícios de seus empregados e assistidos.

Pois bem, no voto condutor da Decisão nº 3.445/2021 registrei que:

a) em **2016**, o *deficit* extrapolou o limite legal e que a jurisdicionada, empregados, inativos e pensionistas foram obrigados a iniciar o pagamento de R\$ 33.000.000,00 (**trinta e três milhões de reais**) para equacionar da dívida, o que foi feito em parcelas mensais. Desse total, R\$ 11.000.000,00 (**onze milhões de reais**) vieram dos cofres da estatal;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

b) em **2017** a situação deficitária agravou-se, aumentando para R\$ 240.000.000,00 (**duzentos e quarenta milhões de reais**) e, em **2018**, para R\$ 422.000.000,00 (**quatrocentos e vinte e dois milhões de reais**), respectivamente;

c) a instituição do novo plano de benefícios e a adesão constatada possibilitou à patrocinadora obter uma economia da ordem de R\$ 63.000.000,00 (**sessenta e três milhões de reais**);

d) a CEB Distribuição adotou as providências previstas na legislação para corrigir o problema e conferir eficiência a aplicação dos recursos providos dos aportes de patrocínio, bem como das contribuições dos participantes de seus planos previdenciários.

Nos documentos juntados pela FACEB e apreciados nesta fase processual está consignado que o déficit em **2019** totalizou R\$ 277.000.000,00 (**duzentos e setenta e sete milhões de reais**) e, no exercício de **2020**, o resultado deficitário foi de R\$ 6.000.000,00 (**seis milhões de reais**), representando uma redução do passivo em 97,76% (noventa e sete virgula setenta e seis por cento).

Vencida a preliminar, passo a evidenciar, objetivamente, os dados que considero relevantes e que justificarão o posicionamento que adotarei.

O *primeiro* é referente ao modelo de Benefício Definido (BD). Segundo a FACEB sua estruturação não se mostrou viável ao longo dos anos, o que impediu a confirmação das hipóteses atuariais adotadas e explica a existência do déficit apontado.

Contribuíram para isto os seguintes fatores:

a) congelamento do Plano de Custeio, o que impediu a elevação das contribuições de participantes e patrocinadora para cobrir variações do custo normal ocorridas ao longo dos anos;

b) crescimento salariais anteriores ao congelamento ocorrido em 2012;

c) reduções na expectativa de rentabilidade futura e, consequentemente, da taxa real anual de juros;

d) aumento da expectativa de vida e o consequente reflexo com revisões da tábua de mortalidade geral;

e) não confirmação das hipóteses atuariais adotadas na estruturação.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

O *segundo* diz respeito às estratégias implementadas, baseadas em estudos formulados por empresas especializadas (MERCER Atuarial, WEDAN Atuarial, RODARTE NOGUEIRA Atuarial, VESTING Atuarial e NEXIA Auditoria) que:

- a) identificaram a existência de um déficit estrutural;
- b) minudenciaram os planos objeto de migração;
- c) validaram os procedimentos de estratégia previdenciária da VESTING Atuarial, empresa contratada pela CEB para defini-los;
- d) evidenciaram as possíveis causas e eventos que geraram o déficit no Plano de Benefícios BD, administrado pela FACEB, abarcando o período de 1993 a 2016.

O *terceiro*, a meu juízo de fundamental importância, relaciona-se à conjugação dos seguintes fatos relacionados ao processo de desestatização da CEB Distribuição:

- a) o Grupo Neoenergia, vencedor do referido processo de desestatização, passou a ser responsável pelo déficit, eximindo de responsabilidade as empresas públicas que remanesceram no controle do Governo do Distrito Federal;
- b) os empregados vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD) estavam ligados somente à CEB Distribuição, inexistindo qualquer empregado da empresa desestatizada que tenha migrado para a Companhia Energética de Brasília – CEB Holding e suas subsidiárias e seja participante do referido plano previdenciário;
- c) as estratégias previdenciárias adotadas que, a meu sentir, resultam do previsto na Lei Complementar n.º 109/2001 (art. 21), viabilizaram significativa redução do déficit que, no exercício de 2020, totalizou R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) e foi assumido pelo Grupo Neoenergia, como assinalado em linhas pretéritas;
- d) a mencionada redução do déficit decorre da migração dos beneficiários do Plano de Benefício Definido (BD) para o de Contribuição Definida (CD), onde os benefícios serão definidos em função da quantia acumulada por cada participante.

Assim sendo, afigura-se correto o unânime posicionamento da Unidade Técnica e do Órgão Ministerial quanto ao atendimento do contido nos itens **I.d e III** da Decisão nº 3.445/2021.

Finalmente, verifico que os documentos juntados ao feito, por promoção do Ministério Público de Contas (peças 135/136), atendendo a requerimento da Associação dos Aposentados e Pensionistas da CEB (ASAPEC),



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

dão notícia do ajuizamento de ação perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Processo nº 0703333- 63.2018.8.08.0018), na qual foram deduzidos fatos que guardam relação com os apreciados nestes autos.

Em primeira instância, a 1ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal julgou improcedentes os seguintes pedidos formulados pela ASAPEC:

*“a) Seja determinado à FACEB que interrompa imediatamente a implementação do plano de equacionamento do déficit da reserva do PLANO COMPLEMENTAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS (“PLANO BD”), de modo a impedi-la de cobrar dos participantes, assistidos e pensionistas desse plano associados da ASAPEC os valores que não são por eles devidos, seja mediante contribuições adicionais ou mesmo descontos;*

*b) subsidiariamente, na hipótese de se entender de forma distinta do item ‘a’ supra, requer seja determinado à FACEB que faça depósito judicial das contribuições extraordinárias que pretende cobrar dos associados da ASAPEC, com a identificação individualizada;”*

*No mérito, a Autora requer a confirmação do pedido de tutela de urgência e a procedência dos pedidos para:*

*a) Determinar à FACEB que exclua do cálculo do suposto déficit a causa referente à absorção das reservas do PLANO BD decorrentes da política salarial adotada pela CEB de 2005 a 2009, declarando-se o montante identificado como reservas a integralizar de responsabilidade exclusiva da patrocinadora;*

*b) Determinar à FACEB que realize a negociação com a CEB para o pagamento do montante identificado no item “a” supra, por meio de instrumento contratual próprio ou de aditivo ao Contrato de Dívida nº 083/2001 – PRPJU/CEB;*

*c) Declarar que a responsabilidade dos participantes e assistidos associados da ASAPEC relativa ao equacionamento do eventual déficit da reserva ao PLANO BD não abrange os impactos decorrentes da política salarial adotada pela CEB de 2005 a 2009;*

*d) Declarar ainda que as contribuições dos assistidos, para fins de eventual equacionamento do déficit do PLANO BD não estão no conceito de “contribuição normal” e, portanto, não estão sujeitos ao rateio desproporcional apontado pelo Ofício PREVIC nº 2.093 /2017/PREVIC, de 25 /08 /2017;*

*e) Sucessivamente, se não acolhido o item “d” supra, seja declarado que o equacionamento de eventual reserva do Plano BD, se realize sempre com a observância da paridade contributiva, ou seja, 50% para participantes e assistidos e 50% para patrocinadoras.*

*f) Condenar as Rés a devolverem aos participantes, assistidos e pensionistas associados da ASAPEC os valores que lhes forem descontados indevidamente, referentes às parcelas vencidas e vincendas para fins do referido equacionamento, em valores atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora.”*



Em segunda instância, a 4ª Turma Cível do TJDFT confirmou a sentença, nos termos do Acórdão nº 132054947, de 4.3.2021, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DIALETICIDADE OBSERVADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO. SENTENÇA QUE ANALISA TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS E PROVAS PRODUZIDAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NULIDADE INEXISTENTE. MÉRITO. PLANO EQUALIZAÇÃO DO DÉFICIT COM CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS DO INSTITUIDOR E PARTICIPANTES OU BENEFICIÁRIOS. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.*

*1. Pelo princípio da dialeticidade, cabe ao recorrente impugnar as razões lançadas na sentença, buscando demonstrar a existência de error in procedendo ou in judicando, a merecer a declaração de nulidade da decisão ou novo julgamento da causa. A mera repetição dos argumentos ou teses ventiladas na contestação não implica, necessariamente, a inépcia do recurso, quando as razões suscitadas atendem o disposto no inciso II do art. 515 do CPC. Recurso conhecido.*

*2. Consoante o artigo 472 da Lei Adjetiva Civil, ao magistrado é facultada a dispensa da prova pericial, quando as partes apresentarem documentos elucidativos, que considerar suficientes para a compreensão da controvérsia.*

*3. Não há vício de fundamentação na sentença que declina com suficiência e clareza, as razões de decidir, indicando os motivos do convencimento de acordo com a prova dos autos.*

*4. Há previsão legal que autoriza a instituição de contribuição extraordinária para cobertura de déficit, nos termos dos artigos 19 e 21 da Lei Complementar 109/2001.*

*5. O apontamento da origem do desequilíbrio financeiro pode servir de embasamento a eventual ação regressiva, conforme delineado no art. 21 da Lei Complementar n. 109, mas não afasta a necessidade de equacionamento das finanças do fundo.*

*6. Nem mesmo o dever de proteção estatal aos interesses dos participantes pode servir de fundamento para afastar a incidência de texto expresso de lei, mas ao contrário, respalda a tese de preservar as medias para o reequilíbrio técnico financeiro da entidade previdenciária.*

*7. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.”*

Em face dessa última decisão judicial, foi interposto Recurso Especial (nº 1987481) perante o Superior Tribunal de Justiça, apelo que se encontra concluso ao Relator (Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO) desde 25.03.2022, situação que não constitui impedimento à manifestação meritória deste Tribunal.

Destarte, acolhendo os termos da instrução e do parecer ministerial, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário:

**I** - tome conhecimento:

a) dos esclarecimentos prestados pela:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA**

a.1) Fundação de Previdência dos Empregados da CEB-FACEB (peça 130);

a.2) Companhia Energética de Brasília - CEB Holding (peças 130 a 134);

b) do Ofício nº 167/2022-MPC/PG da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal e anexos (peças 135 e 136);

c) da Informação nº 22/2022–SEGEM/DIGEM2;

**II - considere satisfatórios os mencionados esclarecimentos;**

**III - tenha por atendida a determinação contida no item III da Decisão 3445/2021;**

**IV - dê ciência desta decisão:**

a) à Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB e a seu representante legal;

b) à Companhia Energética de Brasília S.A. – Holding;

c) ao Ministério Público de Contas do Distrito Federal;

d) à Câmara Legislativa e ao Senhor Governador do Distrito Federal;

**IV - autorize a devolução dos autos à SEGEM para as providências pertinentes e posterior arquivamento.**

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 2022.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Conselheiro-Relator